



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

Orientação Normativa nº. 01/2020

Dispõe sobre as condições do estágio supervisionado curricular obrigatório e não-obrigatório no contexto da pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO – CRESS-RR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 8.662/93, após deliberação e aprovação do Conselho Pleno em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2020, e ainda:

Considerando que o CRESS/RR tem a atribuição de fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei Federal nº. 8.662/93.

Considerando que a Lei Federal nº. 8.662/93 regulamenta a profissão de Assistente Social e define nos seus artigos 4º e 5º, respectivamente, as competências e as atribuições privativas da categoria, e que o inciso VI do art. 5º, em especial, estabelece como atribuição privativa da/o Assistente Social o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiárias/os de Serviço Social”.

Considerando que a Resolução do CFESS nº 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, define o estágio supervisionado como atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção da/o aluna/o no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-la/o para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática

Considerando a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social – ABEPSS, acerca dos princípios que devem nortear a realização do estágio no Serviço Social, na perspectiva de preservar importantes dimensões do processo formativo, como: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional e indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

Considerando a portaria nº 544/2020 do Ministério de Estado da Educação, que dispõe em seu Artigo 1º, §2º, que é de responsabilidade das instituições a disponibilização de recursos às/alunas/os que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas;

Considerando a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e menciona a celebração de convênio de concessão de estágio e Termo de Compromisso, nos quais estão asseguradas as responsabilidades com a saúde das/os estudantes, conforme preconizam os incisos I e IV e o parágrafo único do Art. 9º;

Considerando a necessidade de prevenção contra o contágio e disseminação do COVID-19 no âmbito do Estado de Roraima, bem como a garantia da segurança jurídica às atividades de estágio supervisionado em Serviço Social curricular obrigatório e não-obrigatório;

EDITA a presente Orientação Normativa que estabelece, de forma complementar, diretrizes para realização do estágio supervisionado curricular obrigatório e não – obrigatório no contexto da pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19), assim dispondo:

Art.1º O estágio supervisionado em Serviço Social curricular obrigatório e não-obrigatório, enquanto perdurar a Pandemia, poderá ocorrer de forma presencial com a observância das orientações dos órgãos de vigilância sanitária do Estado de Roraima, bem como dos Decretos Municipais e Estaduais que tratam da calamidade pública em razão da grave crise de saúde pública emergente, com adoção de medidas de higiene e biossegurança.

Art.2º O estágio supervisionado em Serviço Social curricular obrigatório e não-obrigatório não poderá ser substituído por meios de tecnologias de informação e comunicação digital em caráter remoto, em respeito ao arcabouço normativo da categoria que determina que o estágio deve ser realizado com supervisão presencial, direta e sistemática, com a inserção da/o aluna/o no espaço socioinstitucional.

§1º O restrito uso de meios e tecnologias de informação e comunicação digital em caráter remoto inviabiliza supervisão direta e a inserção obrigatória da/o discente no espaço socioinstitucional, além de tolher o processo formativo, como: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional e a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

§2º O restrito uso de meios e tecnologias de informação e comunicação digital em caráter remoto dificulta e inibe a vivência obrigatória da/o discente nos diversos espaços socioinstitucionais de campo de estágio.

§3º O estágio supervisionado curricular obrigatório e não obrigatório, por todas as razões descritas anteriormente, não deve ser realizado através do uso de meios e tecnologias de informação e comunicação digital em caráter remoto, haja vista a necessidade da supervisão direta de forma presencial, o que a tecnologia não permite.

Art.3º É de responsabilidade das Unidades de Ensino a inserção das/os acadêmicas/os nos Campos de Estágio, e das Instituições concedentes dos campos de estágio o recebimento das/dos estagiárias/os, seja em estágio obrigatório e/ou não obrigatório, garantindo todas as condições necessárias a realização do mesmo.

I - As Unidades de Ensino, por meio das/os coordenadoras/es de curso, coordenadoras/es de estágio, supervisoras/es acadêmicas/os e/ou outra/o profissional de Serviço Social responsável nas respectivas instituições, assim, como as instituições campos de estágio, por meio das/os supervisoras/es de campos e/ou outra/o profissional responsável nas respectivas instituições devem orientar as/os discentes, como uma responsabilidade ética sobre a importância do distanciamento social, levando em consideração os altos índices de contágio pela Covid-19 no estado.

II - As Unidades de Ensino, ao encaminharem os estagiários aos campos de estágio devem fornecer os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs e orientar quanto ao seu uso obrigatório, tais como: máscaras cirúrgicas ou de tecido, álcool gel, luvas e capotes quando necessário, bem como as demais medidas de saúde e segurança recomendadas pelos órgãos de vigilância sanitária do Estado e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como forma de evitar a contaminação do Coronavírus COVID-19.

III- As Unidades de Ensino devem garantir o seguro de vida aos discentes, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio e presente na Lei Federal nº 11.788/2008.

IV- As Unidades de Ensino, na medida do possível devem priorizar o retorno aos campos de estágios as/os acadêmicas/os finalistas do curso, evitando maiores prejuízos para conclusão do curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

V - As Unidades de Ensino, ao retornarem às atividades do estágio curricular obrigatório, devem proceder com o credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS 27ª Região-RR, conforme previsto na Lei Federal nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social.

VI - As instituições concedentes dos campos de estágio, ao receberem as/os estagiárias/os, poderão fornecer os Equipamentos de Proteção Individual-EPIs e orientar quanto ao seu uso obrigatório, conforme previsto nas normativas da Organização Mundial de Saúde- OMS, evitando, assim, os riscos de contaminação do Coronavírus COVID-19, entre as/os estagiárias/os, supervisores e o público atendido nas instituições.

VII - As/os supervisoras/es de campos que receberem estagiárias/os, devem reorganizar suas dinâmicas de trabalho, levando em consideração o quantitativo de estagiárias/os, e espaço físico adequado aos atendimentos dos usuários, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio), com vista a garantir sua segurança, dos/as estagiárias/os e da população atendida.

§1º Caso o estágio supervisionado em Serviço Social não esteja sendo realizado com a observância das medidas relacionadas no *caput* e seus incisos, em respeito às orientações sanitárias, no intuito de evitar aglomeração, circulação e deslocamento de discentes, com a consequente disseminação do contágio da doença, este deverá ser suspenso até enquanto perdurar a pandemia.

§2º A orientação referida no inciso II deverá ser comprovada mediante apresentação de certificado ou declaração, referente a capacitação ou orientação ministrado pela Unidade de Ensino sobre a adoção de medidas preventivas no combate à infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19), inclusive sobre a correta utilização e descarte dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. O certificado ou declaração deve ser anexado junto a Carta de Apresentação do/a estagiário/a.

Art.4º A/o Profissional Assistente Social não pode ser obrigada/o a prestar serviços profissionais que sejam incompatíveis com a presente normativa, bem como os demais aparatos legais e éticos da profissão.

Parágrafo único - Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR

493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

Art.5º O não cumprimento da normativa pelas instituições de Ensino, Instituições concedentes dos campos de Estágios e/ou pelas/os supervisores de campo e ensino poderá acarretar responsabilização ética dessas/es, conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e a Lei Federal nº 8.662/93, que Regulamenta a profissão de Assistente Social.

Art.6º O não cumprimento das disposições legais previstas na Lei Federal n. 8.662/93 e na Resolução CFESS n. 533, de setembro de 2008, pode ensejar a aplicação de multa no valor de 1 a 5 vezes a anuidade vigente a todas/os envolvidos na Supervisão de Estágio, inclusive Instituições de Ensino, Instituições concedentes dos campos de Estágio e supervisoras/res de campo e de ensino.

Parágrafo único - As/os Assistentes Sociais responsáveis pelo estágio deverão zelar pelo compromisso ético-político no exercício profissional. Do mesmo modo, as instituições concedentes de estágio que não garantirem as condições de trabalho e cumprimento desta normativa pelas/os profissionais poderão ser responsabilizadas pelas autoridades competentes, de acordo com a respectiva atribuição: Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região (CRESS/RR), Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

Boa Vista-RR, 03 de novembro de 2020.

Agnaldo Rodrigues dos Santos
Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/RR
Conselheiro Presidente